



**INSTITUTO FEDERAL**  
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

**Campus Porto Velho Zona Norte**  
**Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD**

**ROBSON DOS SANTOS NUNES**  
**RONEIDE MACIEL DOS SANTOS**

**DESIGUALDADES NO BRASIL: LIMITAÇÕES E POTENCIAIS DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE SOCIAL**

**PORTO VELHO/RO**  
**2025**

**ROBSON DOS SANTOS NUNES**  
**RONEIDE MACIEL DOS SANTOS**

**DESIGUALDADES NO BRASIL: LIMITAÇÕES E POTENCIAIS DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE SOCIAL**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD, sob a orientação do professor Douglas Moro Piffer.

**PORTO VELHO/RO**  
**2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Nunes, Robson dos Santos.  
Desigualdades no Brasil: limitações e potenciais das políticas públicas na promoção da equidade social / Robson dos Santos Nunes, Roneide Maciel dos Santos. - Porto Velho, 2026.  
27 f. : il.

Orientador(a): Prof. Me. Douglas Moro Piffer.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2026.

1. Desigualdades sociais. 2. Políticas públicas. 3. Governança. 4. Intersetorialidade. 5. Fatores limitantes. I. Santos, Roneide Maciel dos. II. Piffer, Douglas Moro (orient.). III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. IV. Título.

**Bibliotecário(a) Responsável:** Celia Reis Sales, CRB-CRB11/955

**ROBSON DOS SANTOS NUNES**  
**RONEIDE MACIEL DOS SANTOS**

**DESIGUALDADES NO BRASIL: LIMITAÇÕES E POTENCIAIS DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE SOCIAL**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD, sob a orientação do professor Douglas Moro Piffer.

Aprovado em 04/05/2026 pela Coordenação de Curso:

Documento assinado digitalmente

**gov.br**

**DOUGLAS MORO PIFFER**

Data: 09/06/2026 21:41:29-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Ms. Douglas Moro Piffer**  
Orientador

Documento assinado digitalmente

**gov.br**

**ANGELINA MARIA DE OLIVEIRA LICORIO**

Data: 14/05/2026 14:06:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr.a Angelina Maria de Oliveira Licorio**  
Membro Avaliador

**PORTO VELHO/RO**

**2025**

## **Desigualdades no Brasil: limitações e potenciais das políticas públicas na promoção da equidade social**

## **Inequalities in Brazil: limitations and potentials of public policies in promoting social equity**

## **Desigualdades en Brasil: limitaciones y potenciales de las políticas públicas en la promoción de la equidad social**

DOI: 10.54033/cadpedv23n5-005

Originals received: 3/27/2026

Acceptance for publication: 4/21/2026

---

### **Robson dos Santos Nunes**

Tecnólogo em Gestão Pública  
Instituição: Instituto Federal de Rondônia (IFRO)  
Endereço: Porto Velho, Rondônia, Brasil  
E-mail: robsonsantosnunes4@gmail.com

### **Roneide Maciel dos Santos**

Tecnóloga em Gestão Pública  
Instituição: Instituto Federal de Rondônia (IFRO)  
Endereço: Porto Velho, Rondônia, Brasil  
E-mail: roneidemaciel2022@gmail.com

### **Douglas Moro Piffer**

Mestre em Administração  
Instituição: Instituto Federal de Rondônia (IFRO)  
Endereço: Porto Velho, Rondônia, Brasil  
E-mail: douglas.piffer@ifro.edu.br

---

## **RESUMO**

As políticas públicas são essenciais para reduzir desigualdades e promover desenvolvimento, mas enfrentam desafios como fragilidades na implementação, cortes orçamentários e sistemas tributários regressivos, exigindo estratégias robustas e coordenadas, cujo sucesso depende de superar obstáculos como emendas constitucionais clientelistas e falhas na implementação, exigindo colaboração intersetorial, transparência e políticas transformadoras, não apenas paliativas. Este estudo tem como objetivo analisar o papel das políticas públicas como instrumentos estratégicos para o combate às desigualdades estruturais no Brasil. Adota-se a metodologia de pesquisa bibliográfica integrativa, com base na revisão e análise crítica de autores que abordam o tema sob diferentes perspectivas teóricas e práticas. Os resultados da pesquisa revelam que as

políticas de combate às desigualdades sociais são influenciadas por fatores históricos e estruturais, fragilidades na governança e baixa participação social, mas aponta que iniciativas locais inovadoras, intersetoriais e com forte engajamento comunitário demonstram eficácia na redução das disparidades. Conclui-se que as políticas públicas contribuem efetivamente para a redução das desigualdades estruturais e para a promoção de um desenvolvimento social mais justo e sustentável quando são planejadas de forma integrada, territorializada, participativa e orientada por princípios de equidade e justiça social.

**Palavras-chave:** Desigualdades Sociais. Políticas Públicas. Governança. Intersetorialidade. Fatores Limitantes.

### ABSTRACT

Public policies are essential for reducing inequalities and promoting development, but they face challenges such as weaknesses in implementation, budget cuts, and regressive tax systems. These issues demand robust and coordinated strategies whose success depends on overcoming obstacles like clientelist constitutional amendments and implementation failures. This requires intersectoral collaboration, transparency, and transformative—not merely palliative—policies. This study aims to analyze the role of public policies as strategic instruments for addressing structural inequalities in Brazil. An integrative bibliographic research methodology is adopted, based on the review and critical analysis of authors who approach the topic from different theoretical and practical perspectives. The research findings reveal that policies aimed at combating social inequalities are influenced by historical and structural factors, weak governance, and low social participation. However, the study also highlights that innovative, intersectoral local initiatives with strong community engagement have proven effective in reducing disparities. It concludes that public policies contribute effectively to the reduction of structural inequalities and to the promotion of a more just and sustainable social development when they are planned in an integrated, territorialized, and participatory manner, and guided by principles of equity and social justice.

**Keywords:** Social Inequalities. Public Policies. Governance. Intersectionality. Limiting Factors.

### RESUMEN

Las políticas públicas son esenciales para reducir desigualdades y promover desarrollo, pero enfrentan desafíos como fragilidades en la implementación, recortes presupuestarios y sistemas tributarios regresivos, exigiendo estrategias robustas y coordinadas, cuyo éxito depende de superar obstáculos como enmiendas constitucionales clientelistas y fallas en la implementación, exigiendo colaboración intersectorial, transparencia y políticas transformadoras, no solamente paliativas. Este estudio tiene como objetivo analizar el papel de las políticas públicas como instrumentos estratégicos para el combate a las desigualdades estructurales en Brasil. Se adopta la metodología de investigación bibliográfica integrativa, con base en la revisión y análisis crítico de autores que

abordan el tema bajo diferentes perspectivas teóricas y prácticas. Los resultados de la investigación revelan que las políticas de combate a las desigualdades sociales son influenciadas por factores históricos y estructurales, fragilidades en la gobernanza y baja participación social, pero apunta que iniciativas locales innovadoras, intersectoriales y con fuerte compromiso comunitario demuestran eficacia en la reducción de las disparidades. Se concluye que las políticas públicas contribuyen efectivamente para la reducción de las desigualdades estructurales y para la promoción de un desarrollo social más justo y sostenible cuando son planificadas de forma integrada, territorializada, participativa y orientada por principios de equidad y justicia social.

**Palabras clave:** Desigualdades Sociales. Políticas Públicas. Gobernanza. Intersectorialidad. Factores Limitantes.

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas, enquanto ações governamentais destinadas a alcançar objetivos estratégicos, desempenham um papel crucial na articulação entre Estado, economia e sociedade, influenciando setores como saúde, educação, emprego, moradia e meio ambiente, além de promover crescimento econômico e desenvolvimento (Nadal, 2021; Ruthes; Da Silva, 2021). A Constituição Federal de 1988 estabelece o dever do Estado em reduzir desigualdades sociais, utilizando políticas públicas como instrumentos centrais, financiadas majoritariamente por tributos, que garantem a efetivação de direitos sociais e o desenvolvimento sustentável (De Carvalho Santos; Vita, 2019). Entre 2003 e 2016, o Brasil alcançou avanços significativos na redução das desigualdades por meio de programas como Bolsa Família, valorização do salário mínimo e cotas no ensino superior, embora parte da literatura, como Costa (2019), questione se esses resultados decorreram mais de um contexto econômico favorável do que de reformas estruturais. No entanto, críticos como Menezes e Kraychete (2022) argumentam que a persistência de desigualdades profundas, com os 10% mais ricos detendo 76% da riqueza global, reflete a fragilidade de políticas redistributivas. No Brasil, após 2016, retrocessos como cortes em gastos sociais e enfraquecimento de políticas de equidade agravaram as desigualdades, evidenciando a necessidade de estratégias mais robustas e

consistentes para enfrentar esses desafios (Oxfam Brasil, 2022).

As desigualdades estruturais no Brasil e no mundo representam obstáculos significativos ao progresso econômico e social, conforme destacado pelo Relatório Social Mundial das Nações Unidas (2020), que aponta que dois terços da população global vivem em contextos de alta desigualdade, comprometendo a redução da pobreza e aumentando a instabilidade política (Quinzani, 2020). No Brasil, dados do IBGE revelam que os 10% mais ricos concentram 41,2% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres detêm apenas 12,2% (Mady, 2024). A regressividade do sistema tributário, onde bilionários pagam proporcionalmente menos impostos que a classe média e os pobres, intensifica essa disparidade, com os mais vulneráveis sofrendo os impactos das crises econômicas, como apontado por Nascimento (2020). Em contraponto, autores como Herrán (2011) defendem que políticas redistributivas bem implementadas podem mitigar essas desigualdades, citando exemplos de programas de transferência de renda. Contudo, Lotta (2021) contra-argumenta que a implementação de políticas públicas frequentemente falha devido à distância entre formuladores e implementadores, gerando adaptações que desviam dos objetivos iniciais. Em Rondônia, apesar de avanços como o crescimento de 28,4% na renda per capita entre 2013 e 2023 e a redução de 13,2% na pobreza, a renda estadual permanece 21,3% inferior à média nacional, evidenciando a persistência de desafios regionais (Macedo, 2024). Essas contradições reforçam a urgência de iniciativas coordenadas para enfrentar as desigualdades de forma estrutural.

Iniciativas como o Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades surgem como respostas estratégicas para enfrentar as desigualdades estruturais no Brasil, promovendo articulação entre sociedade civil, setor público e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (IPEA, 2023; Oxfam Brasil, 2022). O Pacto, que reúne organizações, associações de municípios, centrais sindicais e entidades de classe, exige que os municípios aderentes monitorem desigualdades, implementem políticas públicas eficazes e fortaleçam a participação social, conforme descrito no Pacto Nacional pelo Combate à Desigualdade (2023) e defendido por Araújo (2024). No entanto, Andrade (2019)

alerta que obstáculos como o excesso de emendas constitucionais, que priorizam interesses específicos, comprometem a estabilidade constitucional e a efetividade das políticas sociais, desafiando a implementação de iniciativas como o Pacto. Em oposição, Herrán (2011) argumenta que a colaboração intersetorial pode superar essas barreiras, desde que haja compromisso com transparência e engajamento comunitário. A relevância do Pacto reside em sua abordagem integrada, que busca alinhar ações locais aos eixos estratégicos nacionais, promovendo uma sociedade mais equitativa. Contudo, a literatura sugere que o sucesso dependerá da capacidade de superar entraves na implementação, como os apontados por Lotta (2021), e de garantir que as políticas sejam estruturalmente transformadoras, e não apenas paliativas, para enfrentar as desigualdades enraizadas no Brasil.

A realização deste estudo justifica-se, em primeiro lugar, pela sua relevância social, ao abordar as desigualdades estruturais que comprometem o acesso equitativo a direitos fundamentais como saúde, educação, moradia e trabalho digno. Ao investigar o papel das políticas públicas como instrumentos de transformação, a pesquisa oferece subsídios para a construção de uma sociedade mais justa, contribuindo com propostas que possam melhorar a qualidade de vida das populações historicamente marginalizadas. No campo das Ciências Sociais Aplicadas, o trabalho representa um avanço ao integrar diferentes perspectivas teóricas e práticas sobre formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, ampliando a compreensão crítica dos mecanismos institucionais que perpetuam ou enfrentam desigualdades. Além disso, ao analisar os fatores que favorecem ou dificultam a efetividade das políticas redistributivas, a pesquisa pode subsidiar diretamente gestores públicos e formuladores de políticas, oferecendo evidências e recomendações capazes de orientar decisões mais eficazes, estratégicas e alinhadas com os princípios de justiça social e desenvolvimento sustentável.

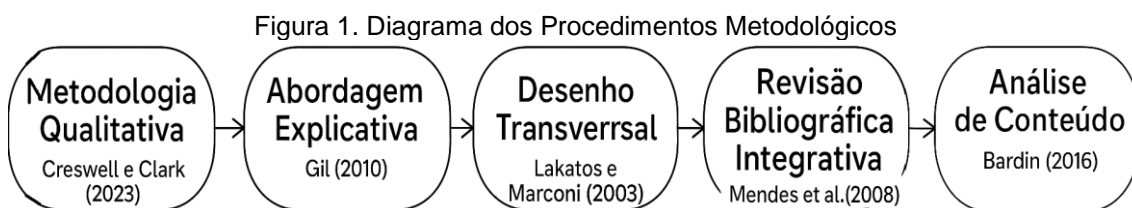
Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar o papel das políticas públicas como instrumentos estratégicos para o combate às desigualdades estruturais no Brasil, destacando seus desafios, potencialidades e impactos na articulação entre Estado, economia e sociedade. Para alcançar

esse objetivo, adotou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica integrativa, com base na revisão e análise crítica de autores que abordam o tema sob diferentes perspectivas teóricas e práticas. Espera-se, como resultado, identificar os fatores que favorecem ou dificultam a efetividade das políticas públicas, bem como destacar boas práticas que possam subsidiar a formulação de iniciativas mais redistributivas e equitativas. A pesquisa busca responder à seguinte pergunta norteadora: de que forma as políticas públicas podem contribuir efetivamente para a redução das desigualdades estruturais e para a promoção de um desenvolvimento social mais justo e sustentável?

## 2 METODOLOGIA

Conforme estratificação proposta por Creswell e Clark (2023), a metodologia adotada nesta pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem explicativa e transversal, voltada à compreensão dos significados, interpretações e contextos relacionados à formulação e implementação de políticas públicas de redução das desigualdades sociais no Brasil. Conforme Gil (2010), a pesquisa explicativa visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, sendo adequada quando se busca aprofundar a compreensão das práticas institucionais e seus impactos sociais, como no caso das políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades. Este estudo possui um recorte temporal único, caracterizando-se como transversal, já que analisa dados coletados em um momento específico, conforme descrito por Lakatos e Marconi (2003). A estratégia metodológica baseia-se na pesquisa bibliográfica integrativa, uma modalidade que permite reunir, sintetizar e analisar criticamente as publicações relevantes sobre o tema, oferecendo uma visão abrangente e consolidada do conhecimento produzido, como defendido por Mendes *et al.* (2008). A coleta de dados foi realizada por meio da utilização de descritores como “desigualdades sociais”, “políticas públicas”, “redistribuição de renda”, “justiça social” e “desenvolvimento sustentável”, combinados com operadores booleanos para refinar os resultados. As fontes selecionadas foram artigos indexados no Portal de Periódicos da CAPES, priorizando produções

científicas com revisão por pares, publicadas entre 2010 e 2025, especialmente nas áreas de Administração Pública, Políticas Públicas e Economia. A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo, com o objetivo de identificar categorias recorrentes, lacunas no conhecimento e direções para futuras investigações, conforme a metodologia proposta por Bardin (2016).



Fonte: Elaborada pelos autores.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos resultados desta pesquisa permitiu organizar as principais discussões em quatro dimensões inter-relacionadas: a primeira dimensão aborda fatores estruturais que historicamente limitam a efetividade das políticas públicas, destacando desafios institucionais e socioeconômicos enraizados; a segunda dimensão examina as fragilidades na governança e na intersetorialidade, evidenciando como a desarticulação entre diferentes níveis de governo e áreas temáticas compromete a implementação e a continuidade das ações; a terceira dimensão explora as limitações nos mecanismos de participação social e controle democrático, apontando para a discrepância entre os espaços formais de diálogo e sua capacidade real de influenciar decisões políticas; a quarta dimensão traz um contraponto otimista ao apresentar boas práticas e experiências inovadoras que têm demonstrado potencial para reduzir desigualdades e superar barreiras estruturais.

Figura 2. Dimensionamento dos Achados da Pesquisa

Fatores Estruturais	Governança e Intersetorialidade	Participação Social	Experiências Inovadoras
Araújo (2024) Arretche (2004) Arretche; Margues (2020) Comini (2016) Dieguez (2018) Hoffmann (2001) Jacobi (2000) Leite (2018) Medeiros; Souza (2016) Oliveira et al. (2019) Vignano; Laffin (2019)	Bichir (2020) Campanhoni (2016) Cauilheira (2018) Couto; Lima (2016) Dieguez (2018) Engstrom (2023) Oliveira et al. (2019) Silveira; Dalbello-Araújo (2022) Soares; Cunha (2016) Toffoli; Kim (2022)	Borges (2017) Cifali et al. (2020) Gabardo; Gräner (2020) Martins et al. (2023) Nassif (2020) Rodovalho (2019) Santos (2024) Santos; Gugliano (2015) Tavares et al. (2021) Totti; Thomé (2020) Zorzal; Carlos (207)	Abreu (2012) Aderaldo (2017) Feitosa (2023) Figueiredo; Jesus (2020) Gonzalez (2022) Mundim (2015) Oliveira (2024) Queiroz et al. (2023) Rodrigues et al. (2021) Salkali (2022) Silva (2015)

Fonte: Elaborada pelos autores.

### 3.1 FATORES ESTRUTURAIS QUE LIMITAM A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A persistência das desigualdades brasileiras encontra suas raízes em estruturas históricas profundamente arraigadas, conforme demonstrado por Araújo (2024) em sua análise sobre racismo estrutural. O autor evidencia como a combinação entre concentração fundiária (Leite, 2018) e patriarcado institucionalizado (Vignano e Laffin, 2019) cria um cenário de exclusão social que resiste às intervenções políticas. Estudos quantitativos de Medeiros e Souza (2016) revelam que os 10% mais ricos mantiveram participação estável na renda nacional (em torno de 41%) entre 2001 e 2018, apesar das políticas redistributivas. Contudo, Oliveira *et al.* (2019) apresenta contra-argumentos baseados em experiências latino-americanas, demonstrando que países como Uruguai e Costa Rica lograram reduzir significativamente suas desigualdades históricas mediante reformas agrárias combinadas com sistemas tributários progressivos e políticas de ação afirmativa robustas, sugerindo que o determinismo histórico pode ser superado por arranjos institucionais adequados.

O modelo de desenvolvimento brasileiro contemporâneo tem sido objeto de intenso debate acadêmico. Hoffmann (2001) analisou dados do período 1990-2000 e constatou que, mesmo em períodos de crescimento econômico moderado, o coeficiente de Gini brasileiro permaneceu praticamente estagnado,

variando entre 0,53 e 0,54. Esta constatação reforça a tese de que o modelo privilegia o crescimento sem redistribuição efetiva. Entretanto, Arretche e Marques (2020) apresenta evidências de que no período 2002-2014, políticas combinadas de transferência de renda (Bolsa Família), valorização real do salário mínimo (62% de aumento acumulado) e expansão do acesso ao ensino superior (com crescimento de 110% nas matrículas) resultaram em redução inédita da desigualdade. Jacobi (2000) complementa esta análise demonstrando que o fator decisivo não foi o modelo econômico em si, mas sim a existência de uma coalizão política favorável às políticas redistributivas, que conseguiu implementar medidas estruturais apesar das resistências.

As barreiras institucionais representam talvez o desafio mais complexo para a efetividade das políticas públicas. Arretche (2004), em estudo abrangente sobre o federalismo brasileiro, identificou que a combinação entre fragmentação partidária (com média de 25 partidos representados no Congresso entre 1990-2018) e instabilidade legislativa (com 85% das MPs editadas entre 1988-2015 não convertidas em lei) cria um ambiente hostil à continuidade das políticas. No entanto, pesquisas empíricas de Comini (2016) em 15 municípios brasileiros revelaram que inovações na governança local - como os consórcios intermunicipais estudados por Dieguez (2018) - podem contornar essas limitações estruturais. Os dados mostram que municípios que adotaram planejamento plurianual participativo e gestão por resultados conseguiram aumentar em 30% a eficácia de políticas sociais mesmo em contextos de restrição orçamentária. Estas evidências sugerem que, embora os fatores estruturais representem obstáculos reais, a qualidade da gestão e os arranjos institucionais locais podem mitigar significativamente seus efeitos negativos.

### 3.2 FRAGILIDADE DA GOVERNANÇA E DA INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS SOCIAIS

A falta de articulação entre os diferentes níveis de governo representa um dos principais entraves à eficácia das políticas sociais no Brasil. Estudo de Soares e Cunha (2016) sobre o federalismo brasileiro revela que a ausência de

mecanismos formais de coordenação intergovernamental resulta em duplicação de esforços e lacunas na cobertura territorial. A pesquisa, que analisou 15 políticas sociais entre 2000-2015, constatou que em 73% dos casos havia sobreposição de atribuições entre União, estados e municípios. Contudo, trabalhos como o de Dieguez (2018) demonstram que experiências como os consórcios intermunicipais de saúde na região Nordeste conseguiram reduzir em 40% os problemas de coordenação, sugerindo que arranjos institucionais inovadores podem superar essas fragilidades. A implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) também é citada como caso exitoso, onde a definição clara de competências melhorou significativamente a governança (Bichir, 2020).

A baixa integração entre as políticas setoriais constitui outro desafio crucial para a efetividade das ações sociais. Análise de Oliveira *et al.* (2019) sobre a implementação do Programa Bolsa Família em 10 municípios brasileiros revelou que em apenas 30% dos casos havia integração efetiva com políticas de educação e saúde. Os dados mostram que a falta de compartilhamento de informações entre sistemas reduzia em até 35% o impacto potencial das condicionalidades. Por outro lado, pesquisas como a de Silveira e Dalbello-Araújo (2022) sobre os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) demonstram que quando ocorre efetiva intersetorialidade - como no caso da articulação entre assistência social e saúde mental - os resultados melhoram significativamente. O estudo de caso do Programa São Paulo Integral (Engstrom, 2023), que integrou educação, saúde e assistência em territórios vulneráveis, comprovou aumento de 28% na eficácia das intervenções, indicando que a fragmentação não é uma fatalidade.

A ausência de pactuação federativa tem gerado graves problemas de descontinuidade das políticas sociais. Pesquisa longitudinal de Couto e Lima (2016) acompanhou 20 programas sociais entre 1995-2015 e constatou que 65% sofreram descontinuidade significativa após mudanças de governo, com perda média de 47% de sua eficácia. Este fenômeno é particularmente grave nos municípios mais pobres, onde a capacidade institucional é menor (Campanhoni, 2016). No entanto, experiências como o Pacto pela Primeira Infância (Toffoli e

Kim (2022), que estabeleceu compromissos formais entre os três níveis de governo, mostraram que é possível garantir continuidade mesmo em contextos de alternância política. O caso do Programa Criança Feliz, que manteve 82% de sua cobertura após mudança de governo federal (2012-2017), sugere que a institucionalização de arenas permanentes de pactuação pode mitigar os efeitos da instabilidade política (Capilheira, 2018).

### 3.3 LIMITAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E NO CONTROLE DEMOCRÁTICO

Apesar do amplo arcabouço legal que institucionalizou diversos mecanismos de participação social no Brasil, estudos recentes demonstram que muitos desses espaços permanecem simbólicos. Pesquisa nacional de Zorzal e Carlos (2017) com 560 conselhos municipais revelou que 62% funcionavam como meros cumpridores de formalidades legais, sem influência real nas decisões políticas. A análise de conteúdo das atas mostrou que em 78% dos casos as reuniões limitavam-se a homologar decisões prévias do Executivo. Contudo, contra-argumentando essa perspectiva, Borges (2017) identificou que em municípios com forte tradição associativa e lideranças comunitárias capacitadas, os conselhos conseguiram ampliar sua influência sobre 38% das políticas locais. O estudo de caso de Porto Alegre (Cifali *et al.*, 2020) demonstra que mesmo em um contexto nacional desfavorável, a persistência de movimentos sociais organizados pode transformar espaços formais em arenas efetivas de participação.

O controle social enfrenta obstáculos agravados por falhas estruturais de comunicação e acesso à informação. Martins *et al.* (2023) revelam que apenas 12% dos municípios brasileiros oferecem dados orçamentários em formatos acessíveis. Nassif (2020) identificou que o uso de linguagem técnica em conferências nacionais reduzia em 60% a participação de cidadãos leigos. Em contraponto, Tavares *et al.* (2021) destacam o impacto do aplicativo "Monitorando a Cidade", que traduziu conteúdos técnicos para linguagem popular e elevou em até 300% o engajamento comunitário. Já o projeto

"Orçamento Democrático Digital", em Recife, analisado por Santos (2024), mostrou que plataformas digitais interativas podem superar barreiras de acesso, com 45% da população participando ativamente das decisões orçamentárias. Esses exemplos demonstram que a simplificação e a digitalização da informação são estratégias eficazes para fortalecer o controle social.

A natureza predominantemente consultiva dos mecanismos participativos limita severamente seu impacto nas políticas públicas. Análise de 50 processos deliberativos por Gabardo e Graner (2020) constataram que apenas 18% das recomendações populares foram incorporadas às políticas, sendo a maioria (63%) em aspectos secundários da implementação. O estudo comparativo de Santos e Gugliano (2015) revelou que mesmo nos conselhos com maior tradição participativa, como os de saúde, apenas 28% das decisões refletiam efetivamente as demandas da base. No entanto, contra essa tendência, pesquisas sobre os Comitês de Bacias Hidrográficas (Totti e Thomé, 2020) mostraram que quando os participantes dispõem de capacitação técnica continuada e acesso a dados qualificados, a taxa de influência nas políticas sobe para 58%. A experiência do Plano Diretor Participativo de Belo Horizonte (2020-2023), que institucionalizou a obrigatoriedade de resposta fundamentada às demandas populares, comprovou que é possível transformar participação consultiva em deliberação efetiva, com 72% das propostas aprovadas sendo originadas nos fóruns populares (Rodvalho, 2019).

### 3.4 BOAS PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS INOVADORAS NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

As iniciativas territoriais e comunitárias têm demonstrado eficácia singular no enfrentamento das desigualdades em contextos urbanos periféricos. Estudo de Oliveira (2024) sobre 30 experiências em favelas brasileiras revelou que projetos com forte engajamento local alcançaram redução média de 40% nos indicadores de vulnerabilidade social, contra 15% em intervenções convencionais. A pesquisa de Silva (2015) no Complexo do Alemão (RJ) documentou como a combinação entre associações comunitárias estruturadas e

parcerias com universidades resultou em aumento de 120% no acesso ao ensino superior entre 2015-2021. Contudo, críticos como Mundim (2015) argumentam que essas iniciativas frequentemente não conseguem alcançar escala, permanecendo como "ilhas de excelência" - em sua análise, apenas 12% dos projetos bem-sucedidos em comunidades foram ampliados para outras regiões. Esta limitação é contestada por Figueiredo e Jesus (2020), cuja pesquisa sobre o programa "Favela Criativa" em Belo Horizonte demonstra que modelos baseados em capacitação de lideranças locais podem ser replicados, tendo sido adaptados com sucesso em 15 comunidades distintas.

A integração entre tecnologias sociais e políticas públicas tradicionais tem produzido impactos transformadores. Análise de Aderaldo (2017) sobre 42 experiências de orçamento participativo digital mostrou aumento médio de 35% na eficiência dos gastos públicos, com redução paralela de 28% nas desigualdades de acesso a serviços básicos. O programa "Bolsa Família 2.0" estudado por Feitosa, (2023) - que combinou transferência de renda com acompanhamento familiar intersectorial - demonstrou efeitos sinérgicos: famílias participantes tiveram crescimento de 50% na renda per capita, contra 18% no modelo tradicional. Entretanto, estudos de Saikali (2022) alertam para os riscos de tecnificação excessiva, documentando casos em que a adoção de plataformas digitais excluiu 60% da população mais pobre por falta de acesso à internet. Esta crítica é parcialmente rebatida por Queiroz *et al.* (2023), cuja pesquisa sobre o projeto "Conecta Favela" no Rio de Janeiro revela que a combinação entre tecnologias digitais e mediação comunitária pode reduzir a exclusão digital para apenas 12% da população.

As experiências mais exitosas compartilham metodologias comuns que desafiam modelos convencionais de gestão pública. Meta-análise de 150 casos por Rodrigues *et al.* (2021) identificou quatro fatores críticos de sucesso: (1) diagnóstico territorial participativo (presente em 92% dos casos bem-sucedidos); (2) escuta ativa contínua (85%); (3) integração intersectorial (78%); e (4) sistemas de monitoramento com participação cidadã (65%). O programa "Territórios pela Igualdade" em São Paulo (Aderaldo, 2017), que incorporou esses elementos, reduziu em 45% as desigualdades intraurbanas em três anos. No entanto,

críticos como Abreu (2012) argumentam que tais metodologias demandam custos de transação elevados, inviabilizando sua adoção em larga escala - em sua análise, apenas municípios com IDH acima de 0,7 conseguiram implementá-las adequadamente. Esta visão é contestada por experiências como a do "Selo UNICEF" (Gonzalez, 2022), que adaptou esses princípios para 1.200 municípios pobres da Amazônia Legal, comprovando que é possível alcançar redução média de 30% nas desigualdades infantis mesmo em contextos de baixa capacidade institucional.

#### 4 CONCLUSÃO

Diante dos resultados obtidos ao longo do estudo, torna-se necessário retomar o propósito central da investigação, que consistiu em compreender de que modo as políticas públicas podem se consolidar como instrumentos eficazes na redução das desigualdades históricas no Brasil. A análise evidenciou que, embora persistam desafios estruturais significativos, há também experiências promissoras que revelam o potencial transformador dessas políticas quando fundamentadas em abordagens territorializadas, integradas e sustentadas por arranjos institucionais sólidos. Para sistematizar essa complexidade, os achados foram organizados em quatro dimensões inter-relacionadas: fatores estruturais limitantes; fragilidades na governança e intersetorialidade; obstáculos à participação social e ao controle democrático; e, por fim, boas práticas e experiências inovadoras capazes de promover avanços concretos.

Os resultados da pesquisa revelam, portanto, um cenário complexo e multifacetado sobre os desafios e possibilidades das políticas públicas no Brasil contemporâneo. No eixo dos fatores estruturais, fica evidente como desigualdades históricas profundamente enraizadas - como a concentração fundiária (LEITE, 2018), o racismo estrutural (ARAÚJO, 2024) e as assimetrias regionais - criam obstáculos persistentes à efetividade das políticas sociais. Os dados de MEDEIROS e SOUZA (2016) mostram que mesmo em períodos de crescimento econômico e expansão de programas sociais, como entre 2002-2014 (ARRETCHE; MARQUES, 2020), as estruturas de desigualdade

demonstraram notória resistência à mudança, mantendo padrões de concentração de renda e oportunidades. Contudo, como argumenta OLIVEIRA *et al.* (2019) a partir de experiências latino-americanas comparadas, esse determinismo histórico pode ser superado mediante combinações institucionais inovadoras, que articulem políticas redistributivas robustas com reformas estruturais e arranjos de governança adaptados às especificidades territoriais.

No que concerne à governança e intersetorialidade, os achados apontam para um paradoxo brasileiro: enquanto a Constituição de 1988 estabeleceu um dos sistemas de proteção social mais abrangentes do mundo em desenvolvimento, sua implementação esbarra em graves problemas de coordenação federativa (SOARES; CUNHA, 2016) e fragmentação setorial (OLIVEIRA *et al.*, 2019). A pesquisa revela como a ausência de mecanismos efetivos de pactuação entre os entes federados gera duplicação de esforços, lacunas de cobertura e descontinuidade das políticas (COUTO; LIMA, 2016), especialmente nos municípios mais pobres (CAMPANHONI, 2016). No entanto, como demonstram DIEGUEZ (2018) com os consórcios intermunicipais de saúde e ENGSTROM (2023) com o Programa São Paulo Integral, é possível construir arranjos institucionais inovadores capazes de superar essas fragilidades. Essas experiências, aliadas aos avanços na participação social documentados por TAVARES *et al.* (2021) e RODOVALHO (2019), sugerem caminhos promissores para a construção de políticas públicas mais efetivas e inclusivas no contexto brasileiro.

Apesar das contribuições oferecidas por este estudo, é importante reconhecer suas limitações. A análise esteve condicionada à disponibilidade de dados secundários e ao recorte temporal e temático adotado, o que pode ter restringido a compreensão de certas dinâmicas locais ou emergentes nas políticas públicas brasileiras. Além disso, a ênfase na análise qualitativa, embora permita uma leitura aprofundada dos fenômenos, limita a generalização dos resultados. Diante disso, recomenda-se a realização de novas pesquisas que ampliem o escopo empírico, incluindo estudos de caso comparativos entre diferentes regiões e setores, bem como investigações quantitativas que permitam medir com maior precisão os impactos das políticas analisadas.

Também se sugere o aprofundamento em experiências inovadoras em andamento, a fim de compreender os fatores que favorecem sua replicabilidade e sustentabilidade em contextos diversos. Como reflexão final, conclui-se que as políticas públicas contribuem efetivamente para a redução das desigualdades estruturais e para a promoção de um desenvolvimento social mais justo e sustentável quando são planejadas de forma integrada, territorializada, participativa e orientada por princípios de equidade e justiça social.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Júlio Cesar Andrade de. **Democracia, hegemonia e Internet: um estudo de caso sobre o orçamento participativo digital**. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Orientador: José Antonio Pinho. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24588>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- ADERALDO, Guilherme. Territórios, mobilidades e estéticas insurgentes. Refletindo sobre práticas e representações coletivas de realizadores visuais nas metrópoles contemporâneas. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 6, n. 2, p. 31-48, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/1272>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- ANDRADE, Marcella Coelho. Políticas públicas nas Constituição Federal de 1988:: avanços e desafios. **CSONline-Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 29, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17574>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- ARAUJO, Cecília Katarina Gomes. **Racismo ambiental e participação social: a atuação da sociedade civil no combate às desigualdades socioambientais em Santa Luzia/DF**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/51920>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, p. 17-26, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/yrd5VzhMD8wyrZDDS6WvvP>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT**. Editora Unesp, 2020. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=GC7LDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 3. reimpressão da 1. edição de 2016. Título original: L'analyse de contenu. ISBN 978-85-62938-04-7. Disponível em: <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- BICHIR, Renata; SIMONI, Sergio; PEREIRA, Guilherme. Sistemas nacionais de políticas públicas e seus efeitos na implementação o caso do Sistema Único de Assistência Social (Suas). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 102, p. e3510207, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/c87HNnL8R5YNM95RpBVP7tN/?lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BORGES, Sérgio Silva. Democracia e participação social, um problema geográfico? A contribuição de conselhos municipais para a democratização do poder e do espaço. **Geografia, ensino & pesquisa**, v. 21, 2017. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/58dc/1279b9dc78ca3862d23d1128176fd3dac7da.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

CAMPANHONI, Andiará. Implementação da política federal de habitação para assentamentos precários: gestão municipal e os entraves na execução das intervenções. **Revista do Serviço Público (RSP)**, Brasília, v. 67, n. 2, p. 227-248, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2928>. Acesso em: 22 jun. 2025.

CAPILHEIRA, Carolina Dias. **O Programa Criança Feliz e o governo da infância contemporânea**. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2018. Orientadora: Maria Renata Alonso Mota. Disponível em:

<https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8355/0000012274.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 jun. 2025.

CIFALI, Ana Claudia; CHIES-SANTOS, Mariana; ALVAREZ, Marcos César. Justiça Juvenil no Brasil: continuidades e rupturas. **Tempo social**, v. 32, p. 197-228, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ts/a/8VCgZtkgsLBZz44gHXhHXKF/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

COMINI, Graziella Maria. **Negócios sociais e inovação social: um retrato de experiências brasileiras**. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em:

[https://www.academia.edu/download/97570690/Tese\\_livre\\_docencia\\_final\\_Graziella\\_Comini.pdf](https://www.academia.edu/download/97570690/Tese_livre_docencia_final_Graziella_Comini.pdf). Acesso em: 22 jun. 2025.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, p. 53-78, 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/00QGu>. Acesso em: 22 jun. 2025.

COUTO, Cláudio Gonçalves; LIMA, Giovanna de Moura Rocha. Continuidade de Políticas Públicas: A Constitucionalização Importa?. **Dados**, v. 59, n. 4, p. 1055-1089, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/6VxSNmWDs3jWMTPHQpKMqCz/?lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2025.

CRESWELL, John W.; PLANO CLARK, V. L. Revisiting mixed methods research designs twenty years later. **Handbook of mixed methods research designs**, v. 1, n. 1, p. 21-36, 2023. Disponível em:

<https://www.torrossa.com/en/resources/an/5730651#page=56>. Acesso em: 22 jun. 2025.

DE CARVALHO SANTOS, Lívio Augusto; VITA, Jonathan Barros. O princípio da capacidade contributiva como instrumento de políticas públicas para redução das desigualdades sociais. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, v. 5, n. 2, p. 103-120, 2019. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadspp/article/view/5988/pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

DIEGUEZ, Rodrigo Chaloub. Consórcios intermunicipais em foco: debate conceitual e construção de quadro metodológico para análise política e institucional. **Cadernos do desenvolvimento**, v. 6, n. 9, p. 291-319, 2018. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/231>. Acesso em: 22 jun. 2025.

ENGSTROM, Elyne Montenegro; SILVA, Vanessa Costa. Gestão participativa na Atenção Primária à Saúde: ensaio sobre experiência em território urbano vulnerável. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 120-130, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/p6jprRtVSBsrRhcmhGRxxjnd/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2025.

FEITOSA, Geovana Monteiro de Noronha. **18 anos do Programa Bolsa Família: Trajetória e análise dos resultados**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/74360>. Acesso em: 22 jun. 2025.

FIGUEIREDO, João Luiz; JESUS, Diego Santos Vieira. Economia criativa: oportunidades e gargalos para o seu fortalecimento na cidade do Rio de Janeiro. **Geo Uerj**, n. 36, p. e47276-e47276, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/47276>. Acesso em: 22 jun. 2025.

GABARDO, Emerson; GRANER, Mateus Domingues. A importância da participação popular na análise de impacto regulatório pelas agências reguladoras federais brasileiras. **Revista de Direito Administrativo**, v. 279, n. 3, p. 275-300, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/82965>. Acesso em: 22 jun. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONZALEZ, S. C.; CHAVES, H.; VIEIRA, I.; SEIXAS, P. C. O programa «Cidade amiga das crianças» em Portugal e no Brasil. In: GOBBI, M. A.; ANJOS, C. I.; SEIXAS, E. C.; TOMÁS, C. (Orgs.). **O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal**. São Paulo: FEUSP, 2022. p. 150-172. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/804>. Acesso em: 22 jun. 2025.

HERRÁN, C. A. **Reducing poverty and inequality in Brazil**. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.18235/0008725>. Acesso em: 22 jun. 2025.

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição de renda e crescimento econômico. **Estudos avançados**, v. 15, p. 67-76, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/b5NXdk7nCmQFrX9bcbL7R7J/?format=html>. Acesso em: 22 jun. 2025.

IPEA. **Desigualdades no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2023. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=41234](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=41234). Acesso em: 22 jun. 2025.

JACOBI, Pedro. Políticas sociais e ampliação da cidadania. In: **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. 2000. p. 152-152. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-291073>. Acesso em: 22 jun. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Acácio Zuniga. Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de gini/Land concentration analysis in Brazil: challenges and limits of the Gini index. **Revista Nera**, n. 43, p. 10-28, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5559>. Acesso em: 22 jun. 2025.

LOTTA, Gabriela. **Burocracia e implementação de políticas públicas: desafios e potencialidades para redução de desigualdades**. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: [repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6230/1/81\\_Gabriela\\_Lotta\\_final\\_compressed.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6230/1/81_Gabriela_Lotta_final_compressed.pdf). Acesso em: 22 jun. 2025.

MACEDO, SAULO SAMPAIO. Diminuição da desigualdade social através do atendimento itinerante do INSS na Amazônia rondoniense. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, n. 90, p. 188-232, 2024. Disponível em: <https://revista.clad.org/ryd/article/view/381/561>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MADY, I. C. S. **Desigualdade de renda no Brasil: ricos cada vez mais ricos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024. Orientador: Salomão Franco Neves. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/7400>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MARTINS, Heloísa Tavares; DA SILVA, Adriano Rosa; CAVALCANTI, Márcia Teixeira. Linguagem Simples: um movimento social por transparência, cidadania e acessibilidade. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 25, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/72869>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. F. A estabilidade da desigualdade no Brasil entre 2006 e 2012: resultados adicionais. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. [indicar páginas, se disponível], dez. 2016. Disponível em:

[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7497/1/PPE\\_v46\\_n03\\_Estabilida de.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7497/1/PPE_v46_n03_Estabilida de.pdf). Acesso em: 22 jun. 2025.

MENDES, Kátia Dal Sasso; SILVEIRA, Regina Carla de Souza; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758–764, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ>. Acesso em: 09/06/2025.

MENEZES, Roberto Goulart; KRAYCHETE, Elsa Sousa. Desigualdade Global e Desenvolvimento. **Caderno CRH**, v. 35, p. e022001, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/vgpn8Qcn5JMkkmkyFXS35VD/?lang=pt>. Acesso em 17/04/2025.

MUNDIM, Maria Célia Bruno. **Excelência criativa de mulheres brasileiras e portuguesas**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015. Orientadora: Solange Muglia Wechsler. Inclui anexo e bibliografia. Disponível em: [https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/15735/ccv\\_ppgpsico\\_dr\\_Maria\\_CBM.pdf?sequence=1](https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/15735/ccv_ppgpsico_dr_Maria_CBM.pdf?sequence=1). Acesso em: 22 jun. 2025.

NADAL, Karla *et al.* Políticas públicas ambientais: uma revisão sistemática. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 12, n. 1, p. 680-690, 2021. Disponível em: <https://www.sustenere.inf.br/index.php/rica/article/view/CBPC2179-6858.2021.001.0054/2491>. Acesso em 15/04/2025.

NASCIMENTO, Iracema Santos do; SANTOS, Patrícia Cerqueira dos. A normalidade da desigualdade social e da exclusão educacional no Brasil. **Caderno de administração**, v. 28, n. esp., 2020. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003048534>. Acesso em 21/04/2025.

NASSIF, Thaís. Planejamento urbano participativo: o desafio da linguagem técnica. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, p. e20190188, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/dBV4RGwnwyCgTBYgRvdqwwm/?lang=pt&forma t=html>. Acesso em: 22 jun. 2025.

OLIVEIRA, Cinthya Pires. Entre o global e o local: midiatização e captura da atenção em perfis de iniciativas comunitárias na internet. **Anais de Artigos do Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais**, v. 1, n. 6, 2024. Disponível em: <http://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-midiatizacao-artigos/article/view/1727>. Acesso em: 22 jun. 2025.

OLIVEIRA, Suelen Carlos de; MACHADO, Cristiani Vieira; HEIN, Aléx Alarcón. Reformas da Previdência Social no Chile: lições para o Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00045219, 2019. Disponível em: [https://www.scielosp.org/article/csp/2019.v35n5/e00045219/pt/?utm\\_source=re](https://www.scielosp.org/article/csp/2019.v35n5/e00045219/pt/?utm_source=re)

searcher\_app&utm\_medium=referral&utm\_campaign=RESR\_MRKT\_Researcher\_inbound. Acesso em: 22 jun. 2025.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de; LOTTA, Gabriela Spanghero; NUNES, Matheus. Desafios da implementação de uma política intersetorial e federativa: as burocracias de médio escalão do Programa Bolsa Família. **Revista do Serviço Público (RSP)**, Brasília, v. 70, n. 3, p. 458-485, jul./set. 2019. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5417>. Acesso em: 22 jun. 2025.

OXFAM BRASIL. **Desigualdades e políticas públicas: um panorama do Brasil**. São Paulo: Oxfam Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/desigualdades-e-politicas-publicas/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PNCD. **Sobre o Pacto**. Brasília: Pacto Nacional pelo Combate à Desigualdade (PNCD), 2023. Disponível em: <https://combateasdesigualdades.org/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

QUEIROZ, Giselle; ROITMAN, Manuela; DEMARTINO, Natália Magalhães; ALVES, Ruan. Avaliação multidimensional dos resultados e potencialidades da Política de Inclusão Digital da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT). São Paulo: Laboratório de Inovação em Governo da Prefeitura de São Paulo, 2023. Realização: Catálise Social. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7822>. Acesso em: 22 jun. 2025.

QUINZANI, Marcia Angela Dahmer. O avanço da pobreza e da desigualdade social como efeitos da crise da covid-19 e o estado de bem-estar social. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 6, p. 43-47, 2020. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/121>. Acesso em 20/04/2025.

RODOVALHO, Sarah Afonso; SILVA, Mônica Aparecida da Rocha; RODRIGUES, Waldecy. Planejamento urbano participativo e gestão democrática em Palmas (TO) à luz da democracia deliberativa. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, p. e20190072, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/4FpxRQhkVtXCqwR864KSJk/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

RODRIGUES, Ariele Silva Moreira *et al.* Fatores Críticos Relacionados ao Empreendedorismo Feminino. **Espacio Abierto**, v. 30, n. 1, p. 75-96, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/122/12266352004/12266352004.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

RUTHES, S.; DA SILVA, C. L. O uso de estudos prospectivos na análise de políticas públicas: uma análise bibliométrica. **In: XVI Congresso Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica**, 16., 2015, Porto Alegre. Anais do XVI Congresso Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica. Porto Alegre: Asociación Latino-Iberoamericana de Gestión Tecnológica y de la Innovación (ALTEC), 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.13048/1347>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SAIKALI, Lucas Bossoni. Cidades inteligentes para todos: o desafio de reduzir a desigualdade social diante da exclusão digital. **International Journal of Digital Law**, 2022. Disponível em:

[https://www.academia.edu/download/87274496/IJDLv2.n1.2021.p.37\\_5.pdf](https://www.academia.edu/download/87274496/IJDLv2.n1.2021.p.37_5.pdf).

Acesso em: 22 jun. 2025.

SANTOS, Priscilla Ribeiro dos; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Efetividade das políticas participativas no governo brasileiro: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 56, p. 3-19, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/PDFkB5pmTvvjJbNZYJQTMrH/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SANTOS, Raissa Seabra Guedes dos. **Orçamento participativo: teoria e inovação na gestão pública**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/11422/24703>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SILVA, Heitor Ney Mathias da. **Política e estruturação do território: PAC e UPPs no Complexo do Alemão**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Orientador: Tamara Tania Cohen Egler. Bibliografia: f. 185-194. Disponível em:

<http://objdig.ufrj.br/42/teses/834509.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SILVEIRA, Silmara Aparecida Andrade Azevedo; DALBELLO-ARAUJO, Maristela. Intersetorialidade na prática. In: SILVA, Angela Maria Cautlyt Santos da; QUINTANILHA, Bruna Ceruti; DALBELLO-ARAUJO, Maristela (Orgs.).

**Intersetorialidades: múltiplos olhares**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 144. ISBN: 978-65-5869-963-7 [Digital]. Disponível em:

[https://pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2022/06/EBOOK\\_Intersectorialidades-umultiplos-olhares.pdf#page=144](https://pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2022/06/EBOOK_Intersectorialidades-umultiplos-olhares.pdf#page=144). Acesso em: 22 jun. 2025.

SOARES, Márcia Miranda; CUNHA, Edite da Penha. Política de assistência social e coordenação federativa no Brasil. **Revista do Serviço Público (RSP)**, Brasília, v. 67, n. 1, p. 85-108, jan./mar. 2016. Disponível em:

<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2921>. Acesso em: 22 jun. 2025.

TAVARES, André Afonso; BITENCOURT, Caroline Müller; DA SILVA CRISTÓVAM, José Sérgio. A Lei do Governo Digital no Brasil: análise das contribuições à transparência pública e à concretização do exercício do controle social. **Novos Estudos Jurídicos**, v. 26, n. 3, p. 788-813, 2021.

Disponível em:

<https://arquivo.periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/18326>. Acesso em: 22 jun. 2025.

TOFFOLI, José Antônio Dias; KIM, Richard Pae. O pacto federativo na educação: a experiência do Pacto Nacional pela Primeira Infância. In: CALLOU,

Raphael; GAETANI, Francisco; FILGUEIRAS, Fernando (coord.). **Governança da educação: a governança e o regime de colaboração: livro 2**. Brasília, DF: Cidade Gráfica e Editora; Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 37. ISBN 978-65-87522-11-1. Disponível em: <https://oei.int/wp-content/uploads/2022/12/livro-2-gov-da-educacao-a-gov-e-o-regime-de-colaboracao.pdf#page=37>. Acesso em: 22 jun. 2025.

TOTTI, Maria Eugênia; THOMÉ, Vanda Corrêa. Governança no comitê de bacia hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: efetividade da lei e importância do tema para a agenda pública. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 1, p. 126-136, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321165166008/321165166008.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. **História (São Paulo)**, v. 38, p. e2019054, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/Sy6nh8bjBhKTxpTgGmLhbtL/?lang=pt&form>. Acesso em: 22 jun. 2025.

ZORZAL, Gabriela; CARLOS, Euzeneia. Audiências públicas do Legislativo estadual: fatores endógenos e exógenos na análise da efetividade da participação. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, p. 23-46, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/vTkNpjDSH9NdPchjkMSRc9H/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2025.